

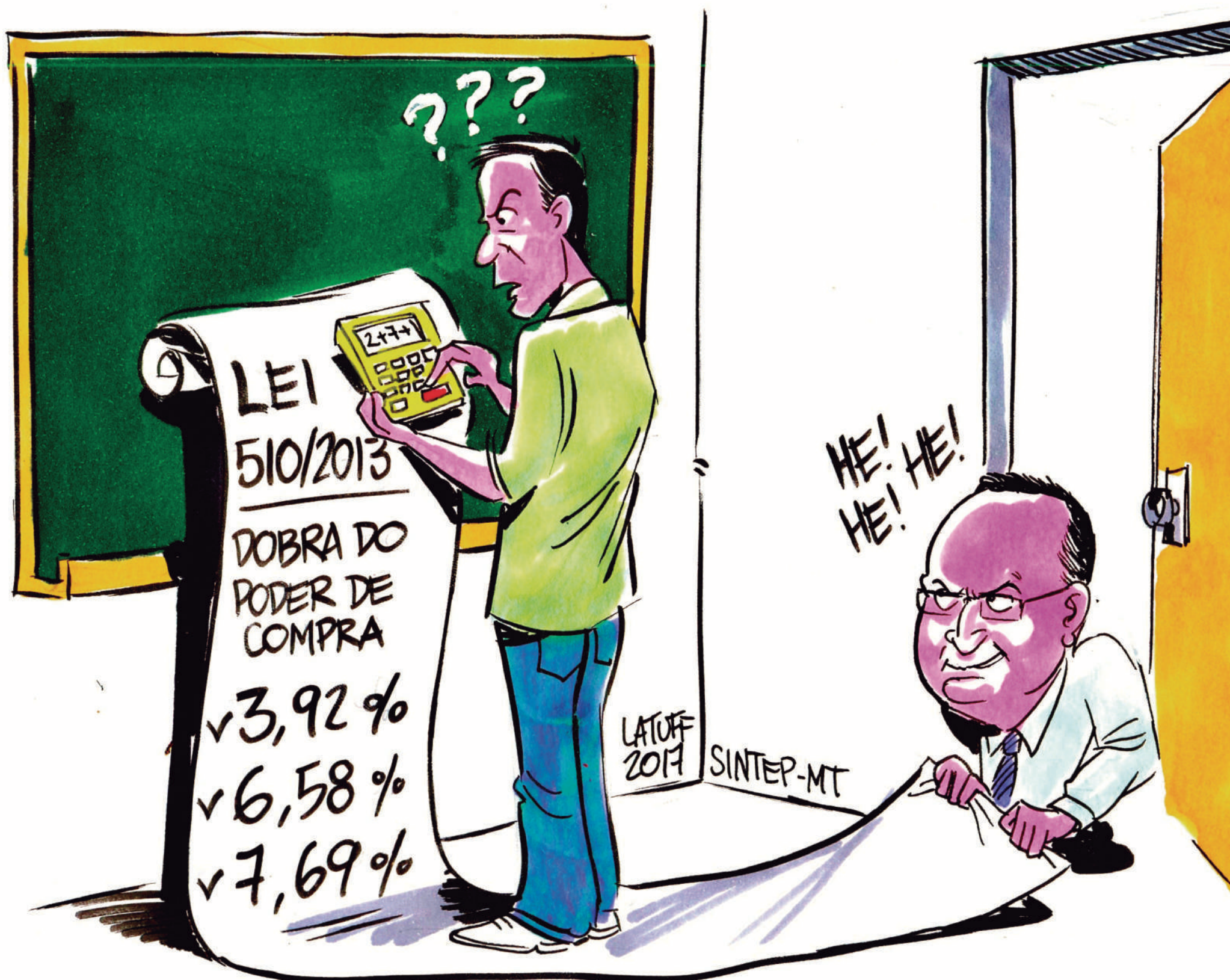


SINTEP-MT

FILIADO A **CUT** E A **CNTE**
Livre, democrático e de luta!

Jornal Sintep-MT - Edição - Maio de 2017

Educação em Alerta



Campanha Salarial de 2017

Direitos: a gente quer por inteiro

Sindicato tem novo
desafio ao comemorar
52 anos de luta

pág 3

A terceirização
precariza carreira nas
redes municipais

pág 6

O desmonte da
organização por Ciclo
na Educação de MT

pág 8

Editorial



SE HÁ ALGO A PERDER, QUE SEJA O MEDO!

Companheiros e companheiras, estamos convivendo com um período de intenso ataques aos nossos direitos. O governo ilegítimo de Michel Temer veio com apetite voraz para a retirada de direitos da classe trabalhadora. Em um ano de gestão apresentou cinco reformas que atingem diretamente os/as trabalhadores/as brasileiros/as. Primeiro com a Lei do Teto dos Gastos, seguida da Lei da Terceirização. No mesmo período ataca diretamente a Educação, com a Reforma do Ensino Médio. E agora, ameaça destruir conquistas com as reformas da Previdência e Trabalhista.

Nós, como classe trabalhadora, integrados a uma organização sindical, temos o compromisso de 52 anos de história de lutas de irmos para as ruas e intensificarmos a pressão contra o golpista Michel Temer, principalmente depois de ser flagrado comprando silêncio de outro criminoso.

Em 28 de abril a classe trabalhadora mostrou nas ruas que juntos somos fortes e não aceitaremos perdas. Temos que nos mobilizar para deixar isto claro aos deputados e senadores que votam contra o/a trabalhador/a, ameaçando nossos direitos. Precisamos cobrar dos representantes de Mato Grosso no Congresso Nacional, dizendo que não aceitaremos retrocessos e que mostraremos isso nas urnas em 2018.

O governo Taques mostra o apoio incondicional ao governo golpista de Michel Temer, nas inúmeras ações que retiram direitos da classe trabalhadora. Já comprovou isso, em anos anteriores, com o parcelamento da RGA, sem garantir a integralidade e ainda pedir para que esse direito fosse considerado inconstitucional. A história tem demonstrado que em Mato Grosso não existe falta de recursos o que tem é falta de prioridades. Temos presenciado no estado governos e mais governos negando o direito dos/as trabalhadores/as, alegando ausência de recursos, enquanto constatamos escândalos de corrupção e desvio de dinheiro. Este atual governo se revela semelhante aos antecessores.

Estamos em maio, mês de cobrar o que nos é devido. Exigimos o cumprimento do compromisso do governo nas negociações feitas junto ao Tribunal de Justiça e Ministério Público estaduais, para a suspensão da greve de 67 dias em 2016. Exigimos a realização de Concurso Público e a integralidade da Lei da Dobra do Poder de Compra 510/2013. Conforme estabelecido, o governo terá que garantir o resíduo de 2016 (3,92%), acrescido a Inflação de 2016 (6,58%) mais o valor fixo da Lei, que em 2017 é de 7,69%.

Henrique Lopes do Nascimento
Presidente do Sintep/MT



ABALO

Os mato-grossenses perceberam que o terremoto (já sabido) no governo do golpista Michel Temer, abala também o Mato Grosso. Não apenas pelo governo Taques mostrar apoio incondicional as práticas defendidas pelo ilegítimo Temer, como também com o mesmo jogo de interesses do estrategista do golpe, Aécio Neves (PSDB-MG).

IMPLOÇÃO

A surpresa apresentada no governo de Mato Grosso foi ter aplicado no estado, as artimanhas anti-democráticas, "do todo poderoso" Donald Trump (presidente Norte Americano). Tanto lá como aqui o uso de escutas ilegais para combater os adversários tem sido prática.

ESCUTA

Apesar de não chamar o Sintep/MT para compor a comissão que elabora o edital para Concurso Público, há suspeitas que o governo Taques esteja OUVINDO todas as posições contrárias ao evento. Em relação a cobrança de Concurso Público pelo Sindicato o governo se faz de surdo.

PROMESSINHA

Aficionado em índices, sempre na busca pelas primeiras colocações a qualquer custo na Educação, o governador Pedro Taques bate o próprio recorde. Em pesquisa realizada nacionalmente por um site de comunicação, a partir de dados do Tribunal Superior Eleitoral, o Governador da Transformação ficou com a 7ª pior colocação entre os governos dos 27 estados brasileiros. O "promessinha" foi reprovado com nota vermelha, não cumpriu nem 40% das promessas de campanha.

SANTA INQUISIÇÃO

A secretaria de Estado de Educação perde o foco de suas prioridades. Recentemente publicou uma portaria que proíbe a entrada de pessoas com "vestimentas inadequadas" naquele espaço público. Com tantas demandas da pasta, ficar controlando a maneira como as pessoas se vestem para buscar atendimento, além de tirar o direito de acesso ao serviço, simplesmente por causa da vestimenta, mostra a falta de prioridades da gestão.

13 DE MAIO JÁ ACONTECEU

O deputado Federal (PSDB-MT) Nilson Leitão, líder da bancada ruralista na Câmara Federal quer revogar a Lei Áurea quando apresenta projetos de pagamento do/a trabalhador/a do campo com moradia ou/e comida.

JUNTOS SOMOS FORTES

Sindicato é uma organização coletiva que depende da participação da categoria para realizar as conquistas. Sendo assim, uma decisão emitida pelo STF, em meados de maio, determinou que ações ajuizadas coletivamente por entidades associativas, só beneficiarão os trabalhadores/as filiados/as até a data da proposição da ação.



EXPEDIENTE

Informativo do Sindicato dos trabalhadores no Ensino Público de Mato Grosso
Rua Mestre João Monge Guimarães, 102 - Bairro Bandeirantes - Cuiabá-MT
Fone: (65) 3317.4300 - 0800.654343 - fax: 3317.4327
Site: www.sintep.com.br
Email: comunicacao@sintep.org.br

Presidente: Henrique Lopes do Nascimento - Vice-presidente: Jocilene Barboza
Secretário de Comunicação: Gilmar Soares e Edevaldo José Santos
Secretária-geral: Miriam Ferreira Botelho
Revisão: Maria Luiza B. Zanirato
Edição, redação: Roseli Riechelmann (MTB 24400) e Thalyta Amaral (DRT 0001878MT)
Editoração Eletrônica Jadson Oliveira
Fotos: Divulgação e Sintep/MT.

SINTEP/MT COMEMORA 52 ANOS COM DESAFIO DE RESSIGNIFICAR SUA HISTÓRIA

Dia 29 de junho de 2017, o Sindicato dos Trabalhadores no Ensino Público de Mato Grosso (Sintep/MT) completa 52 anos de fundação. Como protagonista e vanguarda nas conquistas dos direitos para a categoria, a organização sindical vivencia, nesse aniversário, o desafio de ressignificar sua própria história.

Para o secretário de Articulação Sindical do Sintep, Júlio César Viana, os cenários nacional, estaduais e municipais estão configurando-se como retrocesso político, econômico, administrativo e social, que exige do movimento sindical a reconquista da classe trabalhadora.

“Vivemos hoje, de forma mais intensa, uma disputa com o senso comum, construído pelas mídias, que procuram criar uma outra compreensão de mundo. O nosso desafio será promovermos um significado da luta mais coerente para esta geração que está aí, que desconhece o contexto das conquistas dos direitos trabalhistas”, Explica Júlio



O dirigente lembra que os direitos trabalhistas que se tem hoje foram conquistas feitas há mais de 100 anos, “fruto de sangue, suor e lágrimas de muitas famílias e trabalhadores”. Direitos instituídos em greves do início do século - 1912 a 1917 – e, que hoje correm risco de se perder. Ele fala de avanços como o direito à jornada de trabalho diária de 8 horas, frente a defesa das 12 horas proposta na reforma trabalhista; do descanso semanal remunerado, que corre risco de deixar de existir. Ou ainda, o tempo para refeição que será reduzido de duas horas para 20 a 30 minutos.

“A manutenção desses direitos passa por uma ressignificação para uma geração que não tem a menor ideia de qual foi o sacrifício, qual foi o custo social, qual foi o custo pessoal para centenas de trabalhadores e militantes. Lutas que nem sequer passam pelo imaginário de quem usufrui esses direitos”, diz.

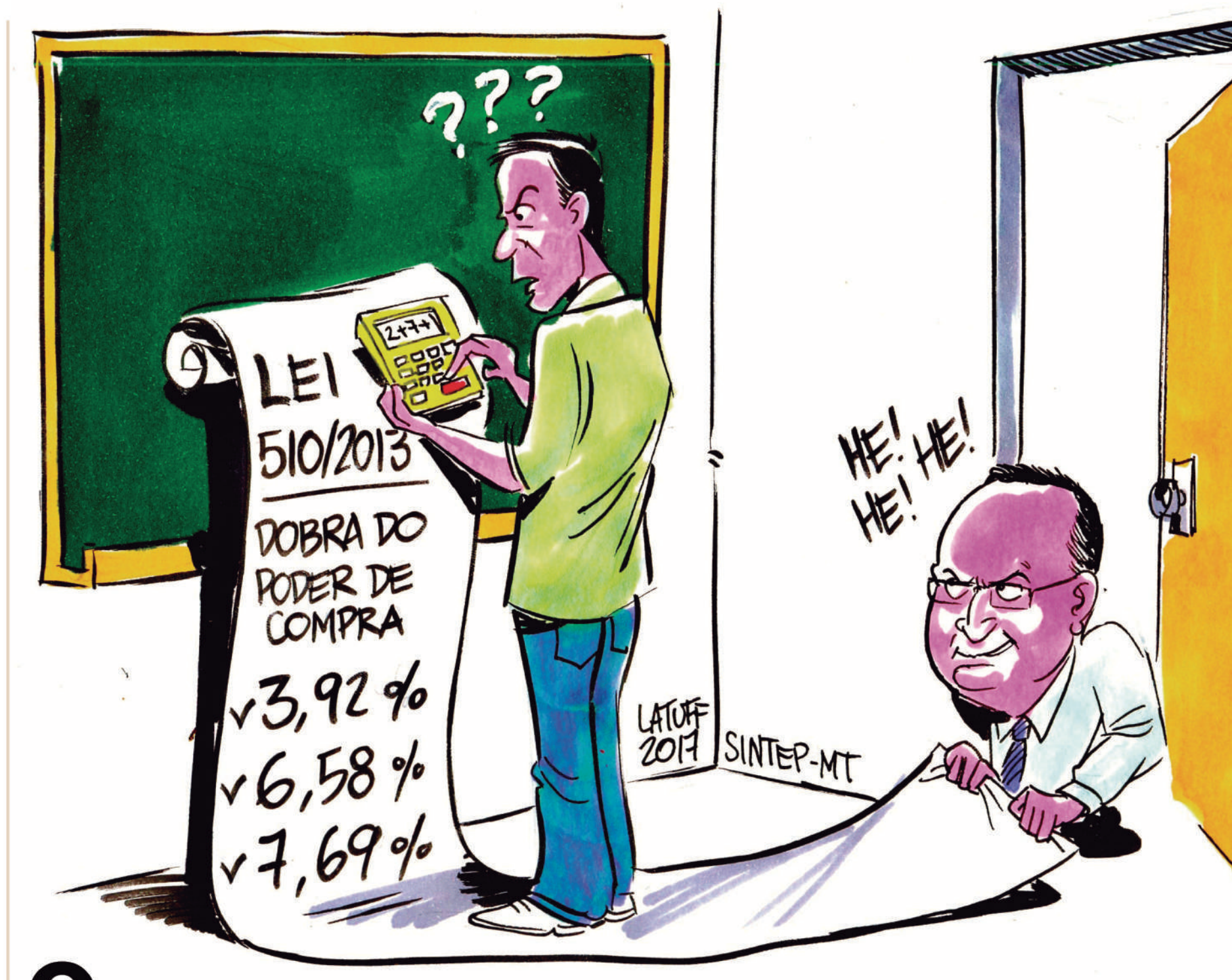
Os enfrentamentos não são diferentes em Mato Grosso e seus municípios, já que o retrocesso tem um efeito cascata. Conquistas da categoria como a valorização profissional e leis para a efetivação da qualidade da educação pública socialmente referenciada estão ameaçadas.

CONQUISTAS	
Estaduais	Nacionais
1. Dobra do Poder de Compra (510/2013)	1. Piso Salarial Profissional Nacional
2. Plano de Carreira Unificado (Lei 050/98)	2. Profissionalização dos/as Funcionários/as
3. Piso Salarial e Jornada Única (30 horas, com 1/3 da hora atividade)	3. Financiamento para Educação Básica (Fundeb)
4. Profissionalização dos/as Funcionários/as (Arara Azul e Profucionário)	4. Plano Nacional de Educação com 10% do PIB para a Educação
5. Lei 049/98 Sistema de Estadual de Ensino de MT	5. Ampliação do número de Universidades e Escolas Técnicas
6. Gestão Democrática (Lei 7040/98) - garantia da eleição direta de diretores pela comunidade escolar; - desenvolvimento do Projeto Político Pedagógico pela escola	

AMEAÇAS
1. CONGELAMENTO DE INVESTIMENTOS (EC 95/2016)
2. TERCEIRIZAÇÃO DOS/AS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO (DOCENTES E FUNCIONÁRIOS/AS), COM CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS NÃO LICENCIADOS PARA DAR AULAS (NOTÓRIO SABER)
3. DESCUMPRIMENTO DA LEI DE GESTÃO DEMOCRÁTICA COM FIM DA ELEIÇÃO DE DIRETORES DAS ESCOLAS
4. PROPOSTA DA AMPLIAÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO PARA 40 HORAS SEM PAGAMENTO PROPORCIONAL DA HORA ATIVIDADE
5. LEI DA MORDAÇA (ESCOLA SEM PARTIDO) IMPEDIMENTO DA LIVRE EXPRESSÃO DO/A PROFESSOR/A
6. REDUÇÃO DA POLÍTICA DE QUALIFICAÇÃO DOS/AS FUNCIONÁRIOS/AS COMO DEFINIDO EM CONFERÊNCIAS (PROFUNCIONÁRIO)
7. USO DO RECURSOS DA EDUCAÇÃO PARA COMPRA DE PROGRAMAS PEDAGÓGICOS DE EMPRESAS PRIVADAS (PRIVATIZAÇÃO)

PERDAS SALARIAIS EM 2016

Parcelamento da RGA poupou ao governo o desembol



Os/as trabalhadores/as da educação pública estadual chegam a data base de 2017, no mês de maio, acumulando perdas salariais, nos últimos 12 meses, superiores ao valor do piso da categoria. O acúmulo gerado pelo parcelamento do percentual da RGA, repassado pelo estado em 2015 (7,36%), poupou para o governo um valor equivalente ao piso salarial ou a um 14º salário. A ‘economia’ fez com que os profissionais pagassem o próprio 13º em 2016.

As manobras, a título de falta de recursos, propaladas pelo governador Pedro Taques, ameaçam novamente a política de valorização salarial e comprometem a Lei 510/2013, que projeta para 2023 a equiparação salarial dos profissionais da educação às demais carreiras do executivo do mesmo nível.



5 EQUIVALEM AO 14º SALÁRIO

Iso equivalente ao 13º dos profissionais da educação

Valorização

“A Dobra do Poder de Compra dos Salários – Lei 510/2013 - foi uma das mais recentes conquistas dos/as trabalhadores/as da educação, após 67 dias de greve, em 2013. Nela está determinado que o estado de Mato Grosso deve corrigir a inflação anual, ou Revisão Geral Anual (RGA) de acordo com os índices econômicos, no caso específico, o INPC. E, sobre a correção aplicar um outro percentual, com valores fixos até 2023, perfazendo 100%.”, lembra o presidente do Sintep/MT, Henrique Lopes do Nascimento.

A política de valorização salarial tem sido ameaçada pelo governo Taques, quando em 2015 iniciou o processo de parcelamento da recomposição salarial, promovendo o esfacelamento do piso salarial. Às vésperas de executar a Lei 510/2013, referente ao ano de 2017, o governo ainda não se pronunciou sobre o comprometimento feito junto ao Tribunal de Justiça e Ministério Público de Mato Grosso, em 2016, que apontava para o calendário de reposição dos resíduos de 2016, com base no piso de 2017, garantindo o cumprimento da Lei da Dobra do Poder de Compra.

Data Base

“É hora de cobrar o que nos é devido. Nosso desafio é fazer frente às tentativas de desmonte da valorização profissional apresentada pelo governo estadual, que desde o primeiro ano de mandato, compromete a carreira dos/as trabalhadores/as educação pública com o desmonte de leis que asseguram direitos da categoria”, acrescenta o presidente.

Segundo o sindicalista, o enfrentamento se dará na garantia de que a política da dobra do poder de compra seja assegurada. Com isso, a luta será para que se aplique o resíduo da inflação de 2015 (3,92%); a inflação de 2016 (6,58%) mais o valor fixo para a dobra do poder de compra, LC 510/2013 (7,69%).

Para o sindicato, o argumento da política recessiva do governo federal, que repercute nas práticas administrativas do governador Taques, com ameaça de congelamento de investimentos público, e políticas que penalizam os servidores do estado, não serão aceitas como desculpa para descumprir direitos previstos em lei.

LEI 510/2013	2014	2015	2016	2017
Percentual Prefixado	5%	6%	7%	7,69%
Variação da Inflação/INPC	6,23%	11,28% (7,36% + *3,92%)	6,58%	**

**A luta será para que se aplique o resíduo da inflação de 2015 (*3,92%); a inflação de 2016 (6,58%) mais o valor fixo para a dobra do poder de compra, LC 510/2013 (7,69%).



PROJETO PRIVATISTA AMEAÇA CONQUISTA DA CARREIRA ÚNICA



Secretário de Funcionários do Sintep/MT, Djalma Francisco, debate carreira em Encontro no município de Pedra Preta

Implementar a carreira única nas redes municipais do estado, 20 anos depois da conquista da LOPEB (050/98), ainda é um desafio. Porém, a categoria convive nos dias atuais com a ameaça ainda maior, a terceirização dos/as funcionários/as nas escolas públicas.

“O projeto neoliberal defende a tese privatista. Com isso, incentiva o lucro das empresas com dinheiro público, promove corte de salários, pois não asseguram o piso, implanta a redução de pessoal, por acreditar que um só pode fazer o que dois executam. Além de precarizar os resultados, pois não se constata melhorias nos serviços”, destaca o secretário de Funcionários do Sintep/MT, Djalma Francisco. O secretário chama atenção dos/as

profissionais da educação para a necessidade de resistência.

Um desafio para a categoria, conforme Júlio Viana, secretário de Articulação Sindical. “Esse cenário de retrocesso, revela que a luta é para manter o que já foi conquistado. Nos locais onde a carreira é unificada e vigora o piso salarial nacional, os/as trabalhadores/as, terão que fazer o enfrentamento para manter”, disse. Nas demais localidades será uma incógnita, acredita Viana. A razão está na política de congelamento de investimentos públicos, somada a extinção do Fundeb (Fundo de Investimento da Educação Básica) em 2018 recursos que asseguravam as políticas para a Educação Básica.

Profuncionário

O curso Profuncionário está ameaçado no estado, após o governo Taques extinguir a formação nos Cejas. Também no IFMT, responsável por ministrar os cursos, aguarda-se recursos do governo Federal para abrir inscrições para novas matrículas. A inclusão dos/as funcionários/as na carreira dos profissionais da educação parte da compreensão de que todos/as são educadores/as no espaço da escola. Assim, a formação profissional é fundamental para esta inclusão. “É preciso despertar a identidade de educador e com a qualificação do trabalho e valorização profissional, eliminarmos o conceito de que funcionários/as são meros tarefeiros”, conclui a secretária de Políticas Educacionais, Guelda Andrade.

A EDUCAÇÃO E O PAPEL NO COMBATE AO RETROCESSO E À INTOLERÂNCIA

As inúmeras conferências realizadas para a Construção do Plano Nacional de Educação asseguravam no texto do documento a necessidade de fortalecer, no processo educativo, o combate à toda discriminação e, ao mesmo tempo, promover a igualdade de direitos entre homens e mulheres. Três anos após a publicação do Plano, a comunidade escolar enfrenta a onda de retrocessos e intolerância ainda mais forte do que aquela que na promulgação da Lei, retirou do texto original a chamada “ideologia de gênero”.

O Dia Nacional de Combate a Homofobia, 17 de maio, retomou a discussão do quanto está ameaçado o processo democrático, a ordem social, e principalmente os direitos humanos, quando manifestos, como os propalados por figuras de repercussão nacional, como o deputado Jair Bolsonaro (PSC -RJ) e apoiadores, na maioria fundamentalistas religiosos, acreditam que debater gênero na escola se traduz em influenciar o estudante a escolher sua sexualidade.

“Para além da ignorância conceitual, trazer o debate de gênero e reagir as diferenças sociais e políticas. A estrutura machista e misógina no país é assumida por um presidente golpista, que por meio de projetos de lei como Reforma da Previdência e Reforma Trabalhista, ignora direitos feministas, humanos e o direito à vida”, argumenta a integrante do coletivo LGBT na CNTE, e secretária de cultura do Sintep, Leliane Borges.

Segundo Leliane, a onda de retrocesso promovida na esfera federal teve grande repercussão nos municípios, que também retiraram a tal “ideologia de gênero” dos Planos Municipais de Educação. As práticas, como panfletagem equivocadas sobre o conceito de gênero, ou mesmo a difusão de material discriminatório contra a população LGBT, remetem a condutas fascistas, difundidas por ícones controversos da história mundial como Hitler e Mussolini. “É preciso que o educador avalie o papel que tem no espaço escolar e se posicione em defesa dos direitos humanos”.

In Memoriam

COMPANHEIRA LÚCIA DE LOURDES, PRESENTE!

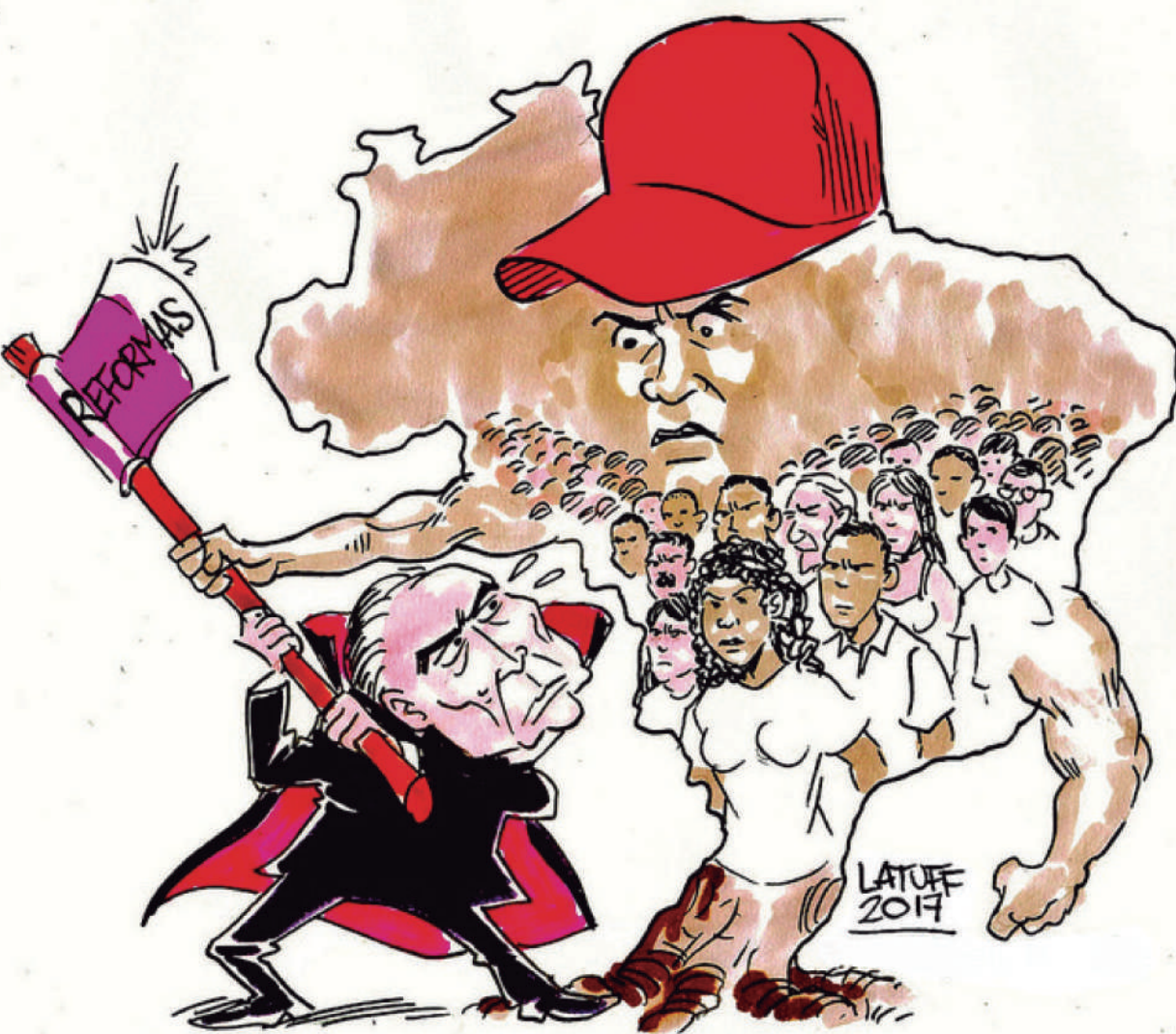


Há quase três anos falecida a companheira de luta e incansável militante professora e vereadora Lúcia de Lourdes Gonçalves. Defensora dos direitos das mulheres e de uma sociedade mais justa, foi homenageada in memoriam, com o prêmio “Ruth Marques Corrêa da Costa”, concedido pelo Conselho Estadual dos Direitos da Mulher. A homenagem, entregue durante o V Seminário Estadual de Políticas para Mulheres, é uma iniciativa realizada desde 2015 e premia mulheres que se destacaram na luta feminista em Mato Grosso.

O prêmio foi entregue ao filho único de Lúcia, Bernardo Janko Gonçalves Biessec, que vivenciou ao lado da mãe todas as atividades de luta, participando de eventos e

congressos do Sintep/MT. “Minha mãe sempre batalhou por aquilo que achou importante. Eu tive esse aprendizado em casa. Ela dizia que mais valia uma vida bem vivida, mas não muito longa, do que uma vida longa, mas não bem vivida”.

Pedagoga, Lúcia de Lourdes fazia parte da direção do Sintep/MT, além de ter lutado em defesa dos direitos das mulheres, especialmente as mais vulneráveis. Foi militante em movimentos sociais e vereadora no município de Cáceres.



O golpe de Temer nocauteia as mulheres

Precarização do trabalho, aumento da jornada diária e mensal, baixos salários, gestantes submetidas a locais de trabalho insalubres, fim da licença maternidade e do direito das lactantes, fim do descanso semanal remunerado, aumento do tempo de contribuição para a aposentadoria rural. As

“reformas” Trabalhista e da Previdência terão como principal alvo, as mulheres.

As duplas jornadas de trabalho, os menores salários, a falta de apoio na legislação para assegurar condições dignas de trabalho e o desafio para se aposentar diante das novas regras, irão piorar muito a situação vivida por milhares de brasileiras. Para a vice-presidenta do Sintep/MT e presidenta do Conselho Estadual de Direitos da Mulher, Jocilene Barboza, as reformas aumentarão ainda mais os desafios enfrentados pelas mulheres diariamente. “Sem medidas protetivas, vai aumentar ainda mais a desigualdade vivenciada pelas mulheres. Na crise do capital as mulheres são as primeiras a perderem direitos”.

A professora da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), defensora dos direitos das mulheres, Vera Bertoline, afirma que a “reforma” Trabalhista significa resultados negativos imediatos para as mulheres, mas que ainda pode ser revertido com a criação de espaços para fortalecer as mulheres na luta por direitos.

Também professora da UFMT e militante do movimento negro e quilombola, Cândida Soares da Costa, faz um alerta sobre o conhecimento parcial da sociedade dos impactos das reformas. E que é preciso se fortalecer com informação de fontes seguras para a resistência.

No esboço do que é divulgado sobre as “reformas” Trabalhista e da Previdência já são apresentados desmonte de direitos como o aumento da jornada de trabalho para além das 8 horas diárias e 44 horas semanais. O fim da conquista ao tempo de contribuição e idade menor do que os homens para se aposentar. A igualdade na idade para aposentadoria promove ainda mais injustiça, já que como responsáveis em maior grau pelas tarefas domésticas, as mulheres acabam fazendo dupla jornada e trabalhando cerca de cinco anos a mais que eles.

O impacto do aumento da idade para a aposentadoria pesará principalmente sobre as trabalhadoras rurais, que atuam em condições adversas da área urbana. E mais, afetará severamente a mulher negra, que ainda é mais discriminada do que a branca, e está entre as com menor remuneração e piores condições de trabalho.



O FUTURO INCERTO DA ESCOLA DE CICLOS EM MATO GROSSO

Passados quase 20 anos de implantação e duas gerações de estudantes, a implantação da organização curricular do Ciclo de Formação Humana não se consuma.

E o pior é que tem sido responsabilizado pela baixa resposta no aprendizado daqueles que passaram por este regime curricular.

O Ciclo de Formação Humana nasce de uma concepção cujo desafio sempre foi propiciar a todos/as uma Educação Pública Básica com qualidade social. Uma expressão do compromisso que a sociedade deve ter com a inclusão social de crianças e jovens que por inúmeros fatores ficam à margem do processo de aprendizagem. Implantado no estado de MT em 1998, o Ciclo de Formação Humana não se consolidou e ainda se considerado uma ameaça pelo o senso comum. “Nunca foi assegurada a estrutura física e organizacional das escolas públicas para

implementar o Ciclo de Formação Humana. Nunca se efetivou o projeto curricular pretendido”, observa a secretária adjunta de Políticas Educacionais do Sintep/MT e membro do Conselho Estadual de Educação, Maria Luiza Zanirato. Como sindicalista, defende a concepção de organização curricular de ciclo como forma de organizar globalmente os tempos e espaços das escolas com base em experiências significativas para a idade dos alunos.

Conforme ela, na prática o que vemos no sistema educacional de Mato Grosso é uma escola de progressão continuada com o propósito de garantir a viabilização do fluxo de alunos que tende a melhorar sua aprendizagem com medidas de apoio (reforço, sala de articulação e sala de apoio). Com base nas análises do professor Luiz Carlos de Freitas (Unicamp) a escola tem uma função social a

cumprir. Para os liberais (empresários) a escola prevê ensino de qualidade para todos os estudantes, independente do nível socioeconômico “assim a escola solidariamente deve compensar as desigualdades”. Entretanto, para os progressistas a escola também deve ensinar todos/as os/as alunos, mas é necessário eliminar as desigualdades e distribuir o capital cultural e social.

“Quando a Seduc/MT anuncia mudanças na proposta de Ciclos com retenção de alunos na 3ª fase de cada Ciclo e altera a denominação de Ciclo de Formação Humana para Ciclo de Aprendizagem, efetivamente está piorando a proposta, pois não traz nenhuma melhoria financeira, estrutural ou pedagógica para a rede de ensino. Como o sindicato já denunciava: o Ensino Fundamental de 9 anos seriado, dividido em três períodos de três anos cada”, relata Maria Luiza.



12 de Junho

Dia Mundial contra o Trabalho Infantil

Acompanhe o Sintep/MT nas Mídias Sociais

